

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	31
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL	31
1.1. Princípios constitucionais explícitos do processo penal.....	31
1.1.1. Princípio da presunção da inocência ou do estado de inocência ou da situação jurídica de inocência ou da não culpabilidade (art. 5º, LVII, CF)	31
1.1.2. Princípio da igualdade processual ou da paridade das armas – par conditio (art. 5º, caput, CF).....	31
1.1.3. Princípio da ampla defesa (art. 5º, LV, CF)	32
1.1.4. Princípio da plenitude da defesa (art. 5º, XXXVIII, alínea “a”, CF).....	33
1.1.5. Princípio da prevalência do interesse do réu ou favor rei, favor libertatis, in dubio pro reo, favor inocente (art. 5º, LVII, CF).....	33
1.1.6. Princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência (art. 5º, LV, CF)	34
1.1.7. Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII, CF).....	35
1.1.8. Princípio da publicidade (arts. 5º, LX e XXXIII, e 93, IX, CF e art. 792, caput, CPP).....	35
1.1.9. Princípio da vedação das provas ilícitas (art. 5º, LVI, CF)	36
1.1.10. Princípios da economia processual, celeridade processual e duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CF).....	38
1.1.11. Princípio constitucional geral do devido processo penal – devido processo legal ou <i>due process of law</i> (art. 5º, LIV, CF)..	38
1.2. Princípios constitucionais implícitos do processo penal.....	39
1.2.1. Princípio de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo ou da não autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	39
1.2.2. Princípio da iniciativa das partes ou da ação ou da demanda (<i>ne procedat iudex ex officio</i>) e princípio consequencial da correlação entre acusação e sentença	41
1.2.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	42
1.2.4. Princípio do juiz imparcial	42
1.2.5. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal	42

1.2.6.	Princípio da vedação da dupla punição e do duplo processo pelo mesmo fato (ne bis in idem)	44
2.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL PROPRIAMENTE DITOS	44
2.1.	Princípio da busca da verdade real ou material	44
2.2.	Princípio da oralidade e princípios consequenciais da concentração, da imediatidade e da identidade física do juiz	45
2.3.	Princípio da comunhão ou aquisição da prova	46
2.4.	Princípio do impulso oficial	47
2.5.	Princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado	47
2.6.	Princípio da lealdade processual	47
3.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	48
4.	GABARITO	49

CAPÍTULO II

	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO	51
1.	PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 1º CPP)	51
2.	EXCEÇÕES À REGRA DA TERRITORIALIDADE	51
2.1.	Tratados, convenções e regras de direito internacional (art. 1º, I, CPP) ...	52
2.2.	Jurisdição política (art. 1º, II, CPP)	53
2.3.	Justiça Militar (art. 1º, III, CPP)	54
2.4.	Tribunal de Segurança Nacional (art. 1º, IV, CPP)	54
2.5.	Lei de Imprensa (art. 1º, V, CPP)	54
2.6.	Legislação especial (art. 1º, parágrafo único, CPP)	55

CAPÍTULO III

	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO	57
1.	REGRA GERAL (ART. 2º CPP) – PRINCÍPIO DO EFEITO IMEDIATO OU PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO IMEDIATA OU SISTEMA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS	57
2.	EXCEÇÃO (ART. 3º LICPP)	57
3.	NORMAS PROCESSUAIS PENAIS MATERIAIS OU MISTAS OU HÍBRIDAS (ART. 2º LICPP)	58

CAPÍTULO IV

	INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	61
1.	NOÇÕES GERAIS	61
2.	ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	61
2.1.	Quanto ao sujeito que a realiza ou à origem	61
2.2.	Quanto aos meios empregados ou ao modo	62
2.3.	Quanto aos resultados	63

CAPÍTULO V

	INQUÉRITO POLICIAL	65
1.	CONCEITO	65

2.	JUIZ DAS GARANTIAS (ARTS. 3º-B A 3º-F DO CPP, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.964/2019 – “PACOTE ANTICRIME”).....	65
3.	POLÍCIA JUDICIÁRIA (ART. 4º, CAPUT, CPP e ART. 144, CAPUT, § 1º, I e IV, e § 4º, CF) ...	84
4.	OUTRAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS (ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO, CPP).....	86
5.	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PRESIDIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	88
6.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ART. 28-A CPP).....	89
7.	CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL.....	96
8.	INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 5º, I, II e § 3º, CPP).....	102
9.	INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL COM BASE EM <i>DELATIO CRIMINIS</i> ANÔNIMA ...	104
10.	“DISQUE-DENÚNCIA”, LEI Nº 13.608/18 E <i>WHISTLEBLOWER</i> (“INFORMANTE DO BEM”) ...	106
11.	INTERFERÊNCIA DA ESPÉCIE DE AÇÃO PENAL NA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 5º, §§ 4º e 5º, CPP).....	108
12.	<i>NOTITIA CRIMINIS</i> OU NOTÍCIA DO CRIME.....	109
13.	INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS CONTRA AUTORIDADES COM PRERROGATIVA DE FORO.....	109
14.	DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS (ARTS. 6º e 13 CPP).....	109
15.	REPRODUÇÃO SIMULADA DOS FATOS OU RECONSTITUIÇÃO DO CRIME (ART. 7º CPP)...	115
16.	PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 10, CAPUT e § 3º, CPP).....	115
17.	RELATÓRIO FINAL E INDICIAMENTO (ART. 10, §§ 1º e 2º, CPP).....	119
18.	DESTINO DO INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 11, 19 e 23 CPP).....	121
19.	INQUÉRITO COMO BASE DA DENÚNCIA OU QUEIXA E SUA DISPENSABILIDADE (ART. 12 CPP).....	122
20.	DISCRICIONARIEDADE DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 14 CPP).....	122
21.	DIREITO DE DEFESA DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DAS FORÇAS ARMADAS EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (ART. 14-A CPP COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.964/2019 – “PACOTE ANTICRIME”).....	123
22.	CURADOR (ART. 15 CPP).....	127
23.	NOVAS DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 16 e 47 CPP).....	127
24.	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 17 CPP).....	127
25.	CONTROLE DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL E DE PEÇAS DE INFORMAÇÃO (ART. 28 CPP COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 13.964/2019 – “PACOTE ANTICRIME”).....	131
26.	ARQUIVAMENTO INDIRETO.....	141
27.	ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO.....	142
28.	TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	142
29.	DESARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 18 CPP e SÚMULA 524 STF).....	143
30.	OUTRAS REPERCUSSÕES DA REFORMA DO ART. 28 DO CPP.....	146
31.	SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DO ART. 28, CAPUT, DO CPP.....	147
32.	“COMPETÊNCIA” EM INQUÉRITO POLICIAL (ART. 22 CPP).....	150
33.	TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (ART. 69, CAPUT, DA LEI Nº 9.099/95)....	151

34. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	152
35. GABARITO	156

CAPÍTULO VI

AÇÃO PENAL	159
1. ESPÉCIES (ART. 100 CP e ART. 24, CAPUT, CPP)	159
2. CASOS ESPECIAIS	159
2.1. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público praticado no exercício de suas funções (Súmula 714 STF).....	160
2.2. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual (art. 225 CP).....	160
2.3. Ação penal no crime de injúria qualificada ou injúria racial (art. 145, parágrafo único, CP)	166
2.4. Ação penal nos crimes de lesões corporais leves e culposas na Lei Maria da Penha (art. 41 da Lei nº 11.340/06)	166
2.5. Ação penal popular (art. 14 da Lei nº 1.079/50)	167
2.6. Ação penal <i>ex officio</i> (art. 654, §2º, CPP).....	168
2.7. Ação de prevenção penal	168
2.8. Ação penal adesiva	169
2.9. Ação penal secundária	169
2.10. Princípio da suficiência da ação penal.....	170
2.11. Ação penal extensiva	171
2.12. Ação penal de segundo grau	171
2.13. Ação penal nos crimes de estelionato (art. 171, parágrafo 5º, com a redação dada pela Lei nº 13.964/2019 – “Pacote Anticrime”)	171
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL (ART. 395, II e III, CPP).....	173
4. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	179
4.1. Princípios regentes.....	179
4.1.1. Princípio da obrigatoriedade (ou legalidade processual) e princípio consequencial da indisponibilidade	179
4.1.2. Princípio da oficialidade	180
4.1.3. Princípio da oficiosidade	181
4.1.4. Princípio da autoritariedade	181
4.1.5. Princípio da (in)divisibilidade.....	181
4.1.6. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade	182
4.2. Representação do ofendido	182
4.3. Requisição do Ministro da Justiça	187
5. AÇÃO PENAL PRIVADA	188
5.1. Legitimação ativa.....	188
5.2. Princípios regentes.....	189
5.2.1. Princípio da oportunidade ou da conveniência	189
5.2.2. Princípio da disponibilidade.....	189

5.2.3.	Princípio da indivisibilidade da ação penal privada (art. 48 CPP).....	190
5.2.4.	Princípio da intranscendência ou da personalidade.....	190
5.3.	Decadência.....	190
5.4.	Renúncia.....	191
5.5.	Perdão.....	192
5.6.	Perempção (art. 60 CPP).....	193
5.7.	Espécies de ação penal privada.....	194
5.7.1.	Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita....	194
5.7.2.	Ação penal privada personalíssima.....	194
5.7.3.	Ação penal privada subsidiária da pública ou supletiva (art. 5º, LIX, CF, e art. 29 CPP).....	194
6.	DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME.....	195
6.1.	Formalidades essenciais para a elaboração da denúncia ou queixa-crime (arts. 41 e 44 CPP).....	195
6.2.	Prazo para oferecimento da denúncia (art. 46, caput, CPP).....	198
6.3.	Prazo para oferecimento da queixa-crime (art. 38 CPP).....	200
7.	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO PENAL PRIVADA.....	201
8.	RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 61 e 62 CPP).....	201
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS.....	202
10.	GABARITO.....	206
CAPÍTULO VII		
AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....		
1.	CONCEITO.....	209
2.	SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA COMO TÍTULO EXECUTIVO (ART. 63 CPP).....	209
3.	AÇÃO PARA RESSARCIMENTO DO DANO (ART. 64 CPP).....	211
4.	COMPETÊNCIA NA AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	212
5.	EXCLUDENTES DE ILICITUDE (ART. 65 CPP).....	213
6.	CAUSAS QUE POSSIBILITAM A AÇÃO CIVIL INDENIZATÓRIA (ARTS. 66 e 67 CPP).....	214
7.	LEGITIMIDADE PARA OFERECIMENTO DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO NO CASO DE INTERESSADO POBRE (ART. 68 CPP).....	214
8.	PRAZO PRESCRICIONAL.....	215
CAPÍTULO VIII		
COMPETÊNCIA.....		
1.	NOÇÕES GERAIS.....	217
2.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL (<i>RATIONE LOCI</i>).....	218
2.1.	O lugar da infração penal como regra geral (art. 70 CPP).....	218
2.2.	O domicílio ou residência do réu como foro supletivo (art. 72 CPP).....	222
2.3.	Ação penal exclusivamente privada (art. 73 CPP).....	222

3.	COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA (RATIONE MATERIAE) OU PELA NATUREZA DA INFRAÇÃO (ART. 74 CPP)	222
3.1.	Competência do Tribunal do Júri	222
3.2.	Competência da Justiça Eleitoral.....	223
3.3.	Competência da Justiça Militar.....	224
3.4.	Competência da Justiça Federal.....	230
4.	A DISTRIBUIÇÃO COMO ALTERNATIVA À COMPETÊNCIA CUMULATIVA SUPLETIVA (ART. 75 CPP).....	239
5.	A COMPETÊNCIA POR CONEXÃO E CONTINÊNCIA – ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA (ARTS. 76 e 77 CPP).....	239
6.	FORO PREVALENTE (ART. 78 CPP)	241
7.	SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE PROCESSOS (ART. 79 CPP).....	244
8.	SEPARAÇÃO FACULTATIVA DE PROCESSOS (ART. 80 CPP).....	245
9.	PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO – PERPETUATIO JURISDICTIONIS (ART. 81 CPP)	245
10.	AUTORIDADE DA JURISDIÇÃO PREVALENTE (ART. 82 CPP).....	246
11.	A PREVENÇÃO COMO CRITÉRIO RESIDUAL DE FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA (ART. 83 CPP).....	246
12.	COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PRERROGATIVA DE FORO (RATIONE PERSONAE).....	246
12.1.	Perpetuação da jurisdição em caso de foro privilegiado (art. 84, § 1º, CPP).....	255
12.2.	Extensão do foro privilegiado às ações de improbidade administrativa (art. 84, § 2º, CPP).....	256
12.3.	Exceção da verdade nos crimes contra a honra (art. 85 CPP).....	257
13.	REGRAS DE APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO (ARTS. 88 a 91 CPP).....	257
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	258
15.	GABARITO.....	264

CAPÍTULO IX

	QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	267
1.	QUESTÕES PREJUDICIAIS (ARTS. 92 a 94 CPP).....	267
2.	EXCEÇÕES (ARTS. 95 a 111 CPP).....	271
2.1.	Exceção de suspeição (arts. 96 a 107 CPP).....	271
2.2.	Exceção de incompetência (arts. 108 e 109 CPP).....	273
2.3.	Exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada (art. 110 CPP).....	274
3.	INCOMPATIBILIDADES e IMPEDIMENTOS (ART. 112 CPP)	276
4.	CONFLITO DE JURISDIÇÃO (ARTS. 113 a 117 CPP).....	276
5.	RESTITUIÇÃO DAS COISAS APREENDIDAS (ARTS. 118 a 124 CPP).....	278
6.	MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 a 144 CPP)	282
6.1.	Sequestro (arts. 125 a 133-A CPP).....	282

6.2.	Hipoteca legal (arts. 134 e 135 CPP).....	285
6.3.	Arresto (arts. 136 a 144 CPP).....	286
7.	INCIDENTE DE FALSIDADE (ARTS. 145 a 148 CPP)	288
8.	INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 a 154 CPP).....	289
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	291
10.	GABARITO.....	292
CAPÍTULO X		
PROVA.....		
293		
1.	CONCEITO.....	293
2.	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA PROVA (ART. 155 CPP).....	293
3.	ÔNUS DA PROVA E ATIVIDADE PROBATÓRIA DO JUIZ (ART. 156 CPP).....	295
4.	MEIOS DE PROVA (ART. 157 CPP)	298
5.	FINALIDADE E OBJETO DA PROVA	302
6.	CLASSIFICAÇÃO DA PROVA.....	304
7.	PROVAS EM ESPÉCIE	305
7.1.	Prova pericial e cadeia de custódia (arts. 158 a 184 CPP).....	305
7.2.	Interrogatório (arts. 185 a 196 CPP).....	316
7.3.	Confissão (arts. 197 a 200 CPP).....	320
7.4.	Perguntas ao ofendido (art. 201 CPP).....	320
7.5.	Testemunhas (arts. 202 a 225 CPP).....	321
7.6.	Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 CPP)	327
7.7.	Acareação (arts. 229 e 230 CPP)	327
7.8.	Documentos (arts.231 a 238 CPP)	327
7.9.	Indícios (art. 239 CPP).....	328
7.10.	Busca e apreensão (arts. 240 a 250 CPP e art. 5º, XI, CF).....	329
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	331
9.	GABARITO.....	334
CAPÍTULO XI		
SUJEITOS NO PROCESSO PENAL		
337		
1.	JUIZ	337
1.1.	O princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º, CPP)	337
1.2.	Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251 CPP)...	337
1.3.	Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253 CPP).....	337
1.4.	Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254 CPP)	339
1.5.	Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255 CPP) ...	340
1.6.	Criação proposital de animosidade por má-fé (art. 256 CPP)	340
2.	MINISTÉRIO PÚBLICO	340
2.1.	O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257 CPP).....	340

2.2.	Impedimento e suspeição do membro do Ministério Público (art. 258 CPP).....	341
3.	ACUSADO	342
3.1.	O acusado como parte na relação processual (art. 259 CPP)	342
3.2.	Condução coercitiva do réu (art. 260 CPP).....	342
3.3.	Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261 CPP).....	343
4.	CURADOR (ART. 262 CPP).....	344
5.	DEFENSOR	344
5.1.	A nomeação do defensor (arts. 263 e 264 CPP).....	344
5.2.	Afastamento e ausência da causa (art. 265 CPP)	345
5.3.	Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267 CPP).....	346
6.	ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....	346
7.	FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA	349
7.1.	Denominação	349
7.2.	Suspeição (art. 274 CPP).....	349
8.	PERITOS E INTÉRPRETES.....	349
8.1.	Perito (arts. 275 a 280 CPP).....	349
8.2.	Intérprete (art. 281 CPP)	350
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	350
10.	GABARITO	353

CAPÍTULO XII

PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	355
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	355
2. O JUDICIÁRIO COMO FISCAL DA LEGALIDADE DA PRISÃO (ART. 5º, LXV, CF e ART. 310, I a III, CPP)	362
3. FORMALIDADES DA PRISÃO (ARTS. 283 A 300 CPP)	365
4. MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR	372
4.1. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)	372
4.2. Prisão em flagrante (arts. 301 a 310 CPP).....	375
4.2.1. Noções gerais.....	375
4.2.2. Flagrante facultativo e flagrante obrigatório ou compulsório (art. 301 CPP).....	376
4.2.3. Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido e de ação penal privada	377
4.2.4. Espécies de prisão em flagrante (art. 302 CPP).....	378
4.2.4.1. Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP).	378
4.2.4.2. Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP)	378

4.2.4.3.	Flagrante presumido ou ficto ou assimilado (art. 302, IV, CPP)	378
4.2.4.4.	Flagrante preparado ou provocado/crime de ensaio (Súmula 145 STF)	379
4.2.4.5.	Flagrante forjado ou urdido	382
4.2.4.6.	Flagrante esperado ou intervenção predisposta da autoridade policial	383
4.2.4.7.	Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, arts. 1º, parágrafo 6º, e 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13).....	383
4.2.4.8.	Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP), habituais e continuados.....	384
4.2.5.	Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305 CPP)	385
4.2.6.	Controle jurisdicional da prisão em flagrante (arts. 306 a 308 CPP).....	390
4.3.	Prisão preventiva	395
4.3.1.	Noções gerais.....	395
4.3.2.	Momento de decretação (art. 311 CPP).....	395
4.3.3.	Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312 CPP).....	396
4.3.4.	Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314 CPP).....	402
4.3.5.	Fundamentação da prisão preventiva (art. 315 CPP).....	405
4.3.6.	Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva e prazo de duração/revisão (art. 316 CPP).....	407
4.4.	Prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B CPP)	410
4.5.	Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP).....	412
4.6.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º, CPP).....	413
5.	EXECUÇÃO PROVISÓRIA OU ANTECIPADA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	413
6.	OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES (ARTS. 319 e 320 CPP)	428
7.	LIBERDADE PROVISÓRIA.....	432
7.1.	Noções gerais	432
7.2.	Liberdade provisória com fiança	435
7.2.1.	Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324 CPP)	436
7.2.2.	Valor da fiança (arts. 325 e 326 CPP)	438
7.2.3.	Condições da fiança (arts. 327 e 328 CPP).....	439

7.2.4.	Fiança definitiva (art. 330 CPP)	439
7.2.5.	Consequências possíveis da fiança	440
7.3.	Liberdade provisória sem fiança	443
8.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	446
9.	GABARITO	454

CAPÍTULO XIII

CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	459
1. CONCEITO DE CITAÇÃO	459
2. ESPÉCIES DE CITAÇÃO	459
2.1. Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357 CPP)	459
2.2. Citação do militar (art. 358 CPP)	461
2.3. Citação do funcionário público (art. 359 CPP)	461
2.4. Citação do réu preso (art. 360 CPP)	462
2.5. Citação por edital (arts. 361 a 366 CPP)	462
2.6. Citação por hora certa (art. 362 CPP)	463
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO (ART. 366 CPP)	465
4. A REVELIA NO PROCESSO PENAL (ART. 367 CPP)	466
5. CONCEITO DE INTIMAÇÃO	467
6. PROCEDIMENTO PARA AS INTIMAÇÕES (ARTS. 370 A 372 CPP)	467
7. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	468
8. GABARITO	472

CAPÍTULO XIV

SENTENÇA	475
1. ATOS JURISDICIONAIS	475
2. CONCEITO DE SENTENÇA	476
3. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS	476
4. CONTEÚDO DA SENTENÇA (ART. 381 CPP)	478
5. EMENDATIO LIBELLI OU MODIFICAÇÃO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO (ART. 383 CPP)	480
6. MUTATIO LIBELLI (ART. 384 CPP)	482
7. INDEPENDÊNCIA DO JUIZ NA SENTENÇA (ART. 385 CPP)	486
8. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (ART. 386 CPP)	486
9. SENTENÇA CONDENATÓRIA (ART. 387 CPP)	489
10. FORMA DA SENTENÇA (ART. 388 CPP)	493
11. PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA (ARTS. 389 A 392 CPP)	494
12. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	494
13. GABARITO	497

CAPÍTULO XV

PROCEDIMENTOS	499
1. PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL (ART. 394, CAPUT, e §§ 1º e 2º, CPP)	499
2. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 395 A 405 CPP)	501
3. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538 CPP)	505
4. PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/95)	506
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95)	509
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95)	514
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95)	519
5. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 CPP)	521
5.1. Composição	521
5.2. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF)	521
5.3. Procedimento bifásico	522
5.4. Pronúncia (art. 413 CPP)	524
5.5. Impronúncia (art. 414 CPP)	527
5.6. Absolvição sumária (art. 415 CPP)	527
5.7. Desclassificação (art. 419 CPP)	528
5.8. Fase do julgamento	529
5.9. Desaforamento (arts. 427 e 428 CPP)	530
5.10. Jurados	531
5.11. O julgamento	533
5.12. Debates orais	535
5.13. Quesitos	537
6. PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05)	541
7. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 CPP)	543
8. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523 CPP)	545
9. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (ARTS. 524 A 530-I CPP)	547
10. PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA)	548
11. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE TÓXICOS (LEI Nº 11.343/06 – LEI DE TÓXICOS)	553
12. PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/90)	556
13. PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS (ARTS. 541 A 548 CPP)	559
14. QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	561
15. GABARITO	567

CAPÍTULO XVI

NULIDADES	571
1. NOÇÕES GERAIS.....	571
2. ATOS INEXISTENTES E ATOS IRREGULARES	571
3. ESPÉCIES DE NULIDADES	572
4. PRINCÍPIOS REGENTES DAS NULIDADES.....	573
4.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563 CPP)	573
4.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565 CPP).....	574
4.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565 CPP).....	574
4.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566 CPP).....	574
4.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP).....	575
5. ESPÉCIES DE NULIDADE ABSOLUTA	575
5.1. Incompetência	575
5.2. Impedimento e suspeição	576
5.3. Suborno do juiz	576
5.4. Ilegitimidade de parte	576
5.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação.....	577
5.6. Ausência do exame de corpo de delito.....	577
5.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	577
5.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório	578
5.9. Falta da decisão de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia....	578
5.10. Ausência do réu e realização da sessão	578
5.11. Quorum para a instalação da sessão do Júri	579
5.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	579
5.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas.....	579
5.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri.....	580
5.15. Ausência da sentença	580
5.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício.....	580
5.17. Ausência de intimação para recurso.....	580
5.18. Falta do quorum legal para a decisão	581
5.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas	581
6. ESPÉCIES DE NULIDADE RELATIVA	581
6.1. Infringência à regra de prevenção	581
6.2. Falta de intervenção do Ministério Público	581
6.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa	582
6.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia	582

6.5.	Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade.....	582	
6.6.	Ausência da forma legal dos atos processuais.....	583	
7.	MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS (ART. 571 CPP).....	583	
8.	CONVALIDAÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS.....	585	
9.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	585	
10.	GABARITO	587	
CAPÍTULO XVII			
RECURSOS.....			589
1.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	589	
1.1.	Noções gerais	589	
1.2.	Características.....	589	
1.3.	Efeitos.....	592	
1.4.	Recurso de ofício (art. 574 CPP)	593	
1.5.	Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575 CPP)	594	
1.6.	Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576 CPP)	594	
1.7.	Múltipla legitimidade recursal (art. 577 CPP).....	595	
1.8.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	595	
1.9.	Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579 CPP)	598	
2.	APELAÇÃO	598	
2.1.	Noções gerais	598	
2.2.	Interposição	599	
2.3.	Cabimento	600	
2.4.	Processamento	601	
2.5.	Julgamento	602	
3.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	603	
3.1.	Noções gerais	603	
3.2.	Interposição	603	
3.3.	Hipóteses de cabimento (art. 581 CPP).....	604	
3.4.	Processamento	605	
3.5.	Julgamento	606	
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	606	
4.1.	Noções gerais	606	
4.2.	Interposição	606	
4.3.	Hipóteses de cabimento	607	
4.4.	Processamento	607	
4.5.	Julgamento	608	

5.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	609
5.1.	Noções gerais	609
5.2.	Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP).....	609
5.3.	Hipóteses de cabimento.....	610
5.4.	Processamento	611
5.5.	Julgamento	611
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	612
6.1.	Noções gerais	612
6.2.	Interposição (art. 640 CPP)	612
6.3.	Hipóteses de cabimento (art. 639 CPP).....	612
6.4.	Processamento (art. 643 CPP).....	613
6.5.	Julgamento	613
7.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	614
8.	RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	615
9.	AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	619
10.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	620
11.	AGRAVO REGIMENTAL OU INOMINADO.....	621
12.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	622
13.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	624
14.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	625
15.	GABARITO.....	627

CAPÍTULO XVIII

	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	629
1.	NOÇÕES GERAIS.....	629
2.	REVISÃO CRIMINAL.....	629
2.1.	Noções gerais	629
2.2.	Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622 CPP)	630
2.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623 CPP).....	631
2.4.	Competência (art. 624 CPP)	631
2.5.	Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628 CPP).....	632
2.6.	Sucessores (art. 631 CPP).....	632
2.7.	Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630 CPP)	633
3.	HABEAS CORPUS.....	634
3.1.	Noções gerais	634
3.2.	Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648 CPP)	636
3.3.	Transgressão disciplinar (art. 647 CPP).....	638
3.4.	Competência (art. 650 CPP)	639
3.5.	Legitimidades ativa e passiva	640
3.6.	Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP).....	640

3.7.	Rito processual (arts. 655 a 664 CPP).....	641
3.8.	Julgamento	641
3.9.	Recursos	641
4.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	642
4.1.	Noções gerais	642
4.2.	Hipóteses de cabimento	643
4.3.	Competência	644
4.4.	Legitimidades ativa e passiva	644
4.5.	Procedimento	645
4.6.	Julgamento	647
5.	QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS	647
6.	GABARITO	651
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	653